

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001304-12.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Hf Comércio de Automóveis e Serviços de Crédito e outro**
 Embargado: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

HF Comércio de Automóveis e Serviços de Crédito e Fabiana Cristina Rosseti opõem embargos à execução que, com base em cédula de crédito bancário, lhes move o Banco Santander Brasil S.A., alegando (a) necessidade de apuração do saldo devedor a partir dos contratos anteriores àquele corporificado na cédula de crédito bancário (b) indevida cobrança de multa de 2%, que não tem amparo contratual (c) juros remuneratórios excessivos (d) indevida capitalização dos juros remuneratórios (e) indevida cumulação da comissão de permanência com outros encargos.

Embargos recebidos sem efeito suspensivo.

Impugnação às fls. 64/100.

Réplica às fls. 105/109.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido imediatamente, na forma do art. 330, I c/c art. 740, caput, ambos do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A prova pericial contábil é desnecessária, uma vez que para a solução da lide basta a interpretação das cláusulas do contrato à luz do direito positivo (TJSP, Ap. 1.351.114-5, 14ª Câmara de Direito Privado, Carlos Von Adamek, j. 06.10.06), motivo pelo qual fica indeferida (art. 130, CPC).

A economia processual recomenda, então, que primeiramente a questão jurídica - que independe de cálculos - seja solucionada com foros de definitividade; oportunamente, após o trânsito em julgado da sentença, e caso surja alguma polêmica sobre a memória de cálculo que o credor venha a apresentar, aí sim, será adequado exame pericial para apurar se há ou não excesso de execução.

Ao assim proceder o juízo assegura que a perícia - meio de prova dispendioso e que delonga o andamento do feito - somente seja realizada caso realmente necessário, tudo com o objeto de se imprimir celeridade ao feito, atendendo ao comando inscrito no artigo 5º, inciso LXXVIII da CF.

O fato de a cédula de crédito bancário corporificar uma confissão e renegociação de dívida não a descaracteriza como cédula de crédito bancário, vez que esta, nos termos do art. 26 da Lei nº 10.931/04, pode representar operação de crédito de qualquer natureza.

O debate que a parte embargante pretende instalar a propósito de contratos anteriores à emissão da cédula de crédito bancário não poderá ser admitido.

O requerimento, tal como formulado, é impróprio a esta sede processual.

A revisão de cláusulas abusivas porventura existentes nos contratos anteriores repercutiria, em tese, sobre o valor que serviu de base à contratação através da cédula de crédito bancário, e, consequentemente, resultaria em excesso de execução.

Ocorre que, no âmbito dos embargos do devedor, o legislador processual civil foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

muito claro no art. 739-A, § 5º do CPC, ao impor ao embargante, se alegar excesso de execução, o ônus de declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória de cálculo, sob pena de não conhecimento desse fundamento.

Trata-se de solução legislativa que harmoniza equitativamente a ampla defesa e a economia processual, assim como o dever de cooperação, vez que é ilegítimo alegar vagamente um excesso de execução, sendo imperioso, mesmo por lealdade processual, que se afirme, com precisão, qual o excesso.

Ainda que se pudesse reputar excessivo o dever de indicar o valor controvertido, um mínimo era exigível da parte embargante: a obtenção prévia dos instrumentos dos contratos anteriores, para que na sua petição inicial de embargos afirmasse quais cláusulas, desses contratos precedentes, são abusivas.

Os embargos do devedor em que se postula a vinda aos autos dos contratos anteriores para que neles sejam investigadas abusividades que sequer podem ser afirmadas – pois desconhecido o teor e as cláusulas de cada um deles – fere o art. 739-A, § 5º do CPC, e, em realidade, fere o art. 286 do CPC, porquanto veicula uma investigação que é simplesmente teorizada e hipotética, não pautada em cláusulas conhecidas e apresentadas com a petição inicial.

Indo adiante, quanto à cédula de crédito bancário, constitui título executivo e satisfaz aos pressupostos da liquidez e certeza, desde que atendidos os requisitos do art. 28 da Lei nº 10.931/04, consoante se extrai da própria lei e confirmado pelo STJ no recurso repetitivo REsp 1291575/PR, j. 14/08/2013.

Quanto à hipótese dos autos, observamos a petição inicial da execução foi instruída não só com a cédula de crédito bancário (fls. 32/37) como também com demonstrativo da operação e planilha de cálculo (fls. 41) que evidenciam de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e critérios de incidência, a parcela de atualização monetária, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais, tudo até a data do cálculo e, por fim, o valor total da dívida.

A multa de 2%, ao contrário do alegado pela parte embargante, está prevista na cédula de crédito bancário, fls. 35, Cláusula 16, III.

Em relação ao argumento de indevida cumulação de comissão de permanência com outros encargos, no período de inadimplência, verifico que, no contrato, não está autorizada a cobrança da comissão de permanência (fls. 35, Cláusula 16), assim como esse encargo não foi aplicado na cobrança.

Sobre os juros remuneratórios, o art. 28, § 1º, I da Lei nº 10.931/04, expressamente autoriza a capitalização no caso da cédula de crédito bancário.

Os juros remuneratórios, nos contratos bancários, podem ser superiores a 12% ao ano, conforme disposto nas Súmulas nº 648 e 596, e na Súmula Vinculante nº 07, todas do STF, não havendo, portanto, norma constitucional ou legal que limite a taxa de juros remuneratórios em relação às instituições que integram o sistema financeiro nacional.

No mesmo sentido a jurisprudência do STJ, confirmada no Resp nº 106.530/RS, j. 22/10/2008, precedente de suma importância porque processado nos termos do artigo 543-C do CPC, que cuida dos temas repetitivos.

Como não se constatou encargos abusivos no período de adimplemento, então houve efetivamente a mora, e os encargos de inadimplência foram cobrados de modo justificado.

Ante o exposto, rejeito os embargos, e condeno os embargantes nas custas e despesas processuais e honorários advocatícios devidos pelos embargos, arbitrados estes últimos em R\$ 880,00, a serem acrescidos no montante em execução nos autos principais.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 09 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**